



**DIREITOS, DEMOCRACIA
E PODER POPULAR**



DIREITOS, DEMOCRACIA E PODER POPULAR

São Paulo possui o segundo maior orçamento público do Brasil, atrás apenas do Governo Federal. Todos os anos, centenas de bilhões de reais são arrecadados pelo Estado graças ao trabalho de milhões de trabalhadores e trabalhadoras que produzem a riqueza paulista.

Entretanto, essa riqueza não retorna na mesma proporção para quem a produz. Enquanto faltam investimentos em saúde, educação, moradia, transporte, cultura e segurança pública, bilhões de reais deixam de ser arrecadados por meio de isenções fiscais concedidas aos grandes grupos econômi-

cos e privatizações que transferem patrimônio público para empresas privadas. O orçamento é utilizado para atender aos interesses do mercado financeiro, em vez das necessidades da população.

Essa não é uma escolha técnica. É uma opção política. Os sucessivos governos do PSDB e, mais recentemente, o governo Tarcísio de Freitas colocaram a máquina pública a serviço dos grandes empresários, dos bancos, das multinacionais e dos fundos de investimento. Ao mesmo tempo em que afirmam faltar recursos para contra-

tratar professores, médicos, enfermeiros ou construir moradias populares, concedem benefícios bilionários aos setores mais ricos da economia e entregam empresas públicas estratégicas à iniciativa privada.

O resultado desse modelo aparece em todos os aspectos da vida do povo paulista. A violência cresce nas periferias, as mulheres continuam sem uma rede adequada de proteção, a juventude enfrenta o desemprego e a falta de perspectiva, a população negra segue sendo a principal vítima da violência do Estado, milhares de famílias vivem

sem moradia digna e o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer permanece profundamente desigual.

Esses problemas não podem ser enfrentados isoladamente. Eles têm uma mesma origem: um Estado organizado para proteger os privilégios de uma pequena minoria, enquanto a maioria da população trabalha cada vez mais e recebe cada vez menos em troca.

No nosso Governo Popular o orçamento estadual deixará de servir ao enriquecimento dos grandes grupos econômicos para financiar a garantia de direitos. Os recursos públicos serão direcionados para fortalecer os serviços públicos, ampliar políticas sociais, reduzir desigualdades e criar condições para que toda a população tenha acesso a uma vida digna.

Mas garantir direitos também exige transformar a forma como as decisões são tomadas. Democracia não pode significar apenas votar a cada quatro anos enquanto uma pequena elite econômica continua decidindo os rumos do Estado. O povo trabalhador precisa participar permanentemente da definição das prioridades do governo, fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e exercer controle sobre as políticas que afetam sua vida cotidiana.

É por isso que esta parte do programa apresenta um conjunto de propostas que vão além da ampliação de políticas públicas. Nosso compromisso é construir novas formas de participação popular, fortalecer a organização da classe trabalhadora e fazer com que o Estado passe a responder, de fato, aos interesses da maioria.

Garantir segurança sem violência, proteger mulheres e crianças, enfrentar o racismo, assegurar oportunidades para a juventude, democratizar o acesso à cultura e construir mecanismos permanentes de participação popular fazem parte de um mesmo projeto: colocar o poder político, o orçamento público e a riqueza produzida em São Paulo sob controle e a serviço do povo trabalhador.



SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS. PROTEGER O POVO, ENFRENTAR A VIOLÊNCIA E DESMILITARIZAR A POLÍCIA

A segurança pública é um direito fundamental do povo. Toda pessoa tem o direito de viver sem medo da violência, de criar seus filhos em paz, de circular pelas cidades com tranquilidade e de confiar que o Estado atuará para proteger sua vida e sua dignidade.

No entanto, a política de segurança implementada em São Paulo há décadas fracassou. Apesar do aumento constante dos investimentos em policiamento ostensivo, armamen-

tos e operações policiais, o crime organizado se fortaleceu, a violência continua atingindo milhares de famílias e a sensação de insegurança permanece presente em todas as regiões do estado.

Esse fracasso não é resultado da falta de ação do Estado, mas da adoção de um modelo baseado quase exclusivamente na repressão. Em vez de enfrentar as causas sociais da violência e fortalecer a inteligência policial, sucessivos governos

escolheram transformar a chamada "guerra ao crime" em uma guerra contra a população pobre. As principais vítimas dessa política são os moradores das periferias, especialmente a juventude negra, submetida diariamente à violência policial, às abordagens abusivas e às execuções cometidas por agentes do próprio Estado.

Sob o governo Tarcísio de Freitas, essa política tornou-se ainda mais violenta. Operações policiais marca-

cadáveres por elevado número de mortes passaram a ser apresentadas como demonstrações de eficiência, enquanto denúncias de execuções, torturas e violações de direitos humanos foram tratadas com naturalidade. Ao mesmo tempo, o crime organizado continuou expandindo sua influência econômica, controlando territórios, explorando trabalhadores e infiltrando-se em atividades legais e ilegais.

Essa realidade demonstra que não existe contradição entre combater o crime organizado e defender os direitos humanos. Pelo contrário: uma política baseada na violência enfraquece a confiança da população nas instituições, dificulta a produção de inteligência, alimenta novos ciclos de violência e não atinge os verdadeiros responsáveis pelas grandes estruturas criminosas.

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, segurança pública significa proteger o povo. Nosso Governo Popular enfrentará simultaneamente o crime organizado, a violência policial e as profundas desigualdades sociais que alimentam a criminalidade. Não construiremos uma sociedade segura ampliando o medo, mas garantindo direitos, fortalecendo os serviços públicos e democratizando as instituições de segurança.

Desmilitarizar a Polícia Militar e construir uma polícia cidadã

O Brasil está entre os poucos países do mundo que mantêm uma polícia militarizada responsável pelo policiamento ostensivo da população civil. As polícias militares são uma herança do período colonial e foram estruturadas para defender a ordem estabelecida, e não para garantir direitos.

Durante a ditadura militar, esse modelo foi aprofundado e transformado no que existe hoje, consolidando uma doutrina de combate ao chamado "inimigo interno" e configurando como força auxiliar do exército. Como as polícias estaduais não têm a função de defender o território nacional contra ameaças externas, essa lógica passou a tratar o próprio povo – especialmente a juventude pobre, negra e os movimentos populares – como alvo preferencial da repressão.

As consequências desse modelo são internacionalmente conhecidas. O Brasil acumula condenações na Corte Interamericana de Direitos Humanos por graves violações cometidas por forças policiais e segue sendo alvo de críticas de organismos internacionais. A Comissão Nacional da Verdade

recomendou a desmilitarização das polícias estaduais como medida necessária para romper com o legado da ditadura. O Comitê da ONU contra a Tortura tem reiterado preocupação com a violência decorrente de operações policiais militarizadas e apoiado reformas estruturais para a segurança pública.

Defendemos a desmilitarização da Polícia Militar e a construção de um novo modelo de segurança pública baseado na proteção da vida, na prevenção da violência, no respeito aos direitos humanos e na aproximação entre policiais e comunidades.

Os profissionais da segurança pública devem ser preparados para atuar como servidores públicos comprometidos com a defesa da população, e não como forças de ocupação das periferias.

Enfrentar o crime organizado com inteligência e combate às suas bases econômicas

O crime organizado não se fortalece apenas pela circulação de armas e drogas. Ele movimenta enormes recursos financeiros, infiltra-se em contratos públicos, atua na lavagem de dinheiro, controla mercados legais e ilegais, estabelecendo relações com setores da econo-

mia formal e com o mercado financeiro.

Nosso Governo Popular fortalecerá os órgãos de inteligência, a investigação financeira e a integração entre as instituições responsáveis pelo combate às organizações criminosas, priorizando a desarticulação de suas estruturas econômicas e de suas redes de financiamento.

Combater a corrupção e as ligações entre o Estado e o crime organizado

O fortalecimento do crime organizado também depende da corrupção e da infiltração de interesses criminosos em setores do Estado. Nosso Governo Popular fortalecerá as corregedorias, os órgãos de controle e os mecanismos independentes de investigação para apurar denúncias envolvendo policiais, agentes públicos e autoridades.

Nosso compromisso é combater toda forma de convivência entre o poder público e as organizações criminosas, garantindo transparência, controle democrático das instituições de segurança e atuação firme contra a corrupção e o crime organizado.

Também ampliaremos o controle sobre armas e munições, combateremos a corrupção e fortaleceremos os mecanismos de fiscalização sobre agentes públicos envolvi-

vidos com organizações criminosas.

Segurança começa com direitos

Nenhuma sociedade reduzirá de forma permanente a violência enquanto milhões de pessoas permanecerem sem acesso a emprego, educação, cultura, esporte, moradia e perspectivas de futuro.

Por isso, nossa política de segurança estará articulada às políticas de geração de emprego, educação integral, cultura, esporte, assistência social e urbanização das periferias. A prevenção da violência exige reduzir desigualdades e ampliar oportunidades para a juventude.

Transformar o modelo de segurança pública para valorizar os profissionais da segurança

As polícias brasileiras estão entre as mais letais do mundo e seus profissionais também estão entre os que mais sofrem com a violência.

A estrutura militarizada e o assédio hierárquico contribuem para que policiais de baixa patente enfrentem jornadas exaustivas, adoecimento físico e mental e condições precárias de trabalho.

Nosso governo transformará profundamente a política de segurança pública. Os profis-

sionais da segurança devem atuar junto às comunidades, e não contra elas. Romper com a militarização é o primeiro passo para garantir isso.

Junto ao processo de desmilitarização, garantiremos formação permanente, melhores condições de trabalho, valorização das carreiras, assistência à saúde física e mental e mecanismos transparentes de promoção, sempre vinculados ao respeito aos direitos humanos, à redução da letalidade e à qualidade do serviço prestado à população.

Valorizar os policiais não pode significar conceder licença para a violência. Significa assegurar condições dignas de trabalho para que possam exercer sua função com profissionalismo, inteligência, controle do uso da força e compromisso com a proteção da vida de toda a população.

Democratizar as instituições policiais

Nosso Governo Popular promoverá uma profunda reforma das forças de segurança, substituindo o atual modelo militarizado por uma polícia de caráter civil, comprometida com a proteção da população e o respeito aos direitos humanos. Defendemos a unificação das Polícias Militar e Civil em uma única

instituição, responsável pelo policiamento ostensivo e pela investigação criminal, além da unificação das carreiras policiais, eliminando as divisões entre praças e oficiais e entre policiais e delegados.

Também defenderemos o fim dos chamados autos de resistência, garantindo que toda morte decorrente de ação policial seja investigada de forma independente e julgada pela Justiça comum. O policiamento cotidiano deverá priorizar a prevenção da violência e a proteção da população, proibindo o uso de armas de fogo aos grupamentos policiais comuns de bairro, restringindo aos grupamentos especiais em situações estritamente necessárias.

Controle democrático das forças de segurança

As instituições responsáveis pela segurança pública devem prestar contas à sociedade.

Fortaleceremos as corregedorias, ampliaremos os mecanismos independentes de investigação de abusos cometidos por agentes do Estado, garantiremos transparência sobre operações policiais e criaremos canais permanentes de participação popular na formulação e fiscalização das políticas de segurança, tudo

sob controle e acompanhamento popular.

Nenhum agente público pode estar acima da lei. O combate à violência exige instituições fortes, transparentes e submetidas ao controle democrático.

Nosso compromisso

A política de segurança não pode continuar sendo guiada pelo medo, pelo autoritarismo e pela lógica da guerra permanente. O povo paulista precisa de um Estado capaz de proteger a vida, enfrentar o crime organizado e garantir direitos para todos.

Nosso Governo Popular substituirá a política da violência pela política da proteção. Defenderemos a desmilitarização da Polícia Militar, fortaleceremos a inteligência policial, valorizaremos os profissionais da segurança, combateremos as organizações criminosas e construiremos políticas públicas capazes de enfrentar as causas estruturais da violência.

A verdadeira segurança nasce quando o povo tem direitos, trabalho, educação, cultura, moradia e participação na vida política. É esse o caminho para construir um estado mais justo, democrático e seguro, colocando a proteção da vida acima da lógica da repressão e dos

interesses das elites que historicamente utilizaram a violência para preservar seus privilégios.



MULHERES:

IGUALDADE, AUTONOMIA E O FIM DA VIOLÊNCIA

A situação das mulheres em São Paulo expressa uma das contradições mais profundas da sociedade brasileira. Embora representem mais da metade da população e da classe trabalhadora, sendo parte fundamental da produção da riqueza do estado, são elas que recebem, em média, os menores salários, enfrentam maior desemprego e precarização do trabalho, acumulam a maior parte das tarefas domésticas e de cuidado e sofrem cada vez mais com a violência de gênero.

Essa realidade não é resultado de comportamentos individuais. A desigualdade entre homens e mulheres foi construída historicamente e continua sendo reproduzida por um sistema econômico que depende da exploração do trabalho e da manutenção de diversas formas de opressão. O capitalismo encontrou no patriarcado um aliado para ampliar seus lucros, desvalorizando o trabalho feminino, naturalizando a sobrecarga das mulheres e dificultando sua plena participação na vida política, econômica e social.

Por isso, enfrentar a violência contra as mulheres exige muito mais do que endurecer penas ou ampliar a repressão aos agressores. É preciso garantir condições concretas para que as mulheres possam viver com autonomia, independência econômica e acesso pleno aos direitos sociais. Significa construir uma rede pública capaz de proteger as vítimas, assegurar oportunidades de trabalho, ampliar os serviços públicos de cuidado e enfrentar todas as formas de discriminação.

Essa compreensão orienta a atuação do Movimento de Mulheres Olga Benário, que há anos organiza mulheres trabalhadoras em todo o Brasil para combater a violência, lutar por direitos e construir uma sociedade livre de toda forma de exploração e opressão. A experiência do movimento demonstra que a conquista da igualdade depende da organização popular e de um Estado comprometido com os interesses da maioria da população.

Nosso Governo Popular fará da emancipação das mulheres uma prioridade permanente, articulando políticas de segurança, saúde, assistência social, educação, trabalho e habitação para garantir que nenhuma mulher tenha sua liberdade limitada pela violência, pela pobreza ou pela discriminação.

Construir uma rede permanente de enfrentamento à violência

O feminicídio e a violência doméstica representam algumas das mais graves violações dos direitos das mulheres em nosso estado. Segundo dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, uma mulher é vítima de feminicídio a cada 32 horas. Além disso, mais de 180 mulheres registram agressões por dia e, em média, nove mulheres

são vítimas de estupro diariamente.



Essas mulheres encontram enormes dificuldades para acessar atendimento especializado e proteção efetiva. Os equipamentos da rede de atendimento estão sucateados, as trabalhadoras atuam em condições de sobrecarga e muitas cidades sequer possuem Delegacias de Defesa da Mulher. Onde elas existem, grande parte funciona apenas em horário comercial, permanecendo fechada justamente nos períodos em que mais ocorrem casos de violência

Nosso governo fortalecerá toda a rede estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres, ampliando as Delegacias de Defesa da Mulher com funcionamento 24 horas, fortalecendo os Centros de Referência, garantindo atendimento psicológico, assistência jurídica e acolhimento humanizado às vítimas. Também criaremos novas Casas de Referência para Mulheres, oferecendo proteção temporária, apoio social, qualificação profissional e acompanhamento para mu-

lheres e seus filhos, permitindo que reconstruam suas vidas com segurança e dignidade.

Garantir autonomia econômica e igualdade de direitos

A dependência econômica continua sendo um dos principais fatores que impedem milhares de mulheres de romper o ciclo da violência. Por isso, a política de



enfrentamento ao machismo deve estar articulada à geração de emprego, renda e direitos.

No Brasil, as mulheres ganham, em média, 21,3% menos que os homens no setor privado e dedicam cerca de 10 horas a mais por semana aos trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados. São Paulo está entre os estados com as maiores desigualdades sala-

riais de gênero do país. No mercado de trabalho formal, as mulheres chegam a receber, em média, 29% menos que os homens em nosso estado.

Nosso Governo Popular combaterá a desigualdade salarial, ampliará o acesso das mulheres ao trabalho digno, fortalecerá programas de qualificação profissional, incentivará cooperativas popu-



lares dirigidas por mulheres e garantirá prioridade às mulheres chefes de família nas políticas estaduais de emprego, crédito, habitação e economia solidária.

Também ampliaremos a oferta de creches públicas, escolas em tempo integral e serviços públicos de cuidado, reconhecendo que a responsabilidade pela criação das crianças, pelo cuidado com idosos e pessoas com defici-

ência não pode continuar recaindo quase exclusivamente sobre as mulheres. O cuidado deve ser tratado como uma responsabilidade coletiva da sociedade e assumido pelo poder público por meio de políticas universais.

Mulheres protagonistas da transformação social

As mulheres sempre estiveram na linha de frente das grandes lutas populares de nosso país. Foram protagonistas na resistência à ditadura, na construção do Sistema Único de Saúde, na conquista de direitos trabalhistas, na luta por moradia, educação e democracia. São elas que sustentam grande parte das organizações comunitárias, dos movimentos populares e das iniciativas de solidariedade nas periferias.

Nosso governo fortalecerá a participação das mulheres na formulação das políticas públicas, incentivará sua presença nos espaços de decisão e apoiará movimentos de luta voltados ao enfrentamento do machismo em todas as áreas da sociedade.

A democracia somente será plena em nosso estado quando as mulheres puderem participar da vida política, econômica e social em condições de igualdade.

Nosso compromisso

Construir uma sociedade justa exige enfrentar todas as formas de exploração e opressão que atingem as mulheres trabalhadoras. Não basta combater os efeitos da violência; é preciso transformar as condições que a produzem e reproduzem diariamente.

Nosso Governo Popular fará do combate ao feminicídio, da ampliação da rede de proteção, da autonomia econômica das mulheres e da igualdade de direitos prioridades permanentes da ação do Estado. Ao lado dos movimentos populares e da organização das mulheres trabalhadoras, construiremos políticas públicas capazes de garantir liberdade, dignidade e participação para todas.

A emancipação das mulheres é parte inseparável da emancipação da classe trabalhadora. Não haverá uma São Paulo verdadeiramente democrática enquanto metade do povo continuar submetida à violência, à desigualdade e à discriminação. Por isso, a luta pela igualdade das mulheres também é parte fundamental da construção de uma sociedade socialista.



CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

GARANTIR DIREITOS, PROTEGER O PRESENTE E CONSTRUIR O FUTURO

O futuro de São Paulo depende do cuidado com nossas crianças e adolescentes. No entanto, em um estado que concentra algumas das maiores riquezas do país, milhões de meninas e meninos crescem em meio à pobreza, insegurança alimentar, falta de acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e precariedade dos serviços públicos. Nas periferias urbanas e em muitas cidades do interior, a infância é marcada pela ausência de políticas públicas capazes de garantir sequer os direitos

previstos na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Essa realidade é resultado de um modelo econômico profundamente desigual. Enquanto uma pequena parcela da população concentra renda e patrimônio, milhares de famílias enfrentam dificuldades para garantir alimentação, moradia, educação e condições dignas para seus filhos. A infância acaba sendo uma das principais vítimas dessa desigualdade. Crianças abando-

nam a escola para trabalhar, adolescentes têm seus sonhos interrompidos pela falta de perspectivas e milhares convivem diariamente com diferentes formas de violência, seja dentro de casa, nas ruas ou praticada pelo próprio Estado.

Essa violência atinge de maneira ainda mais dura a juventude negra e periférica. Em vez de encontrar escolas bem estruturadas, equipamentos culturais, esporte e oportunidades, muitos adolescentes conhecem primei-

ro a violência policial, o racismo e a exclusão social. A ausência de políticas públicas abre espaço para o aliciamento pelo crime organizado, perpetuando um ciclo de violência que só interessa àqueles que lucram com a desigualdade e utilizam o medo como instrumento para justificar políticas de repressão.

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, nenhuma sociedade pode se considerar desenvolvida quando suas crianças crescem sem direitos e seus adolescentes são privados da possibilidade de construir um projeto de vida. Investir na infância e na juventude é uma decisão estratégica para construir um estado mais justo, democrático e combater a desigualdade.

Educação, cultura, esporte e lazer para desenvolver plenamente a infância e adolescência

Toda criança tem direito a crescer em segurança, cercada de afeto e com acesso aos serviços públicos necessários para seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional. Cabe ao Estado assegurar que esses direitos sejam efetivamente garantidos, especialmente para as famílias em situação de maior vulnerabilidade.

Nosso Governo Popular fortalecerá toda a rede estadual de proteção à infância e à

adolescência, ampliando os investimentos nos serviços de assistência social, saúde, educação e proteção especializada. Trabalharemos em parceria com os municípios para fortalecer os Conselhos Tutelares, os Centros de Referência de Assistência Social, os serviços de acolhimento e toda a estrutura responsável por prevenir e enfrentar situações de abandono, negligência, violência e exploração.

Combater todas as formas de violência e exploração

A violência contra crianças e adolescentes assume diferentes formas: violência física, psicológica, sexual, trabalho infantil, exploração sexual, abandono e violência institucional. Enfrentar essa realidade exige uma atuação permanente do Estado, articulando prevenção, atendimento às vítimas e responsabilização dos agressores.

Nosso governo ampliará as políticas de prevenção à violência, fortalecerá os canais de denúncia, garantirá atendimento especializado às vítimas e desenvolverá ações integradas entre educação, saúde, assistência social e segurança pública para proteger crianças e adolescentes em todo o estado.

Também atuaremos para erradicar o trabalho infantil

e combater toda forma de exploração econômica ou sexual, assegurando que nenhuma criança seja privada de sua infância pela pobreza ou pela violência.

Educação, cultura, esporte e lazer para desenvolver plenamente a infância e adolescência

Garantir direitos significa oferecer muito mais do que proteção. Significa criar oportunidades para que crianças e adolescentes possam estudar, praticar esportes, participar da vida cultural, desenvolver talentos e construir perspectivas para o futuro.

Por isso, ampliaremos os investimentos em escolas de tempo integral, equipamentos culturais, bibliotecas, centros esportivos e espaços públicos de convivência, especialmente nas periferias e nos municípios que historicamente receberam menos investimentos. A política para a infância e a adolescência será integrada às ações de educação, cultura, ciência, tecnologia e formação profissional, permitindo que cada jovem encontre condições reais para desenvolver plenamente suas capacidades.

Nosso compromisso

As crianças e os adolescentes não são apenas o futuro de São Paulo. Eles são sujeitos de direitos no presente e devem ser cuidados como prioridade pelo Estado

.Nosso Governo Popular fortalecerá a rede pública de proteção, combaterá todas as formas de violência e exploração, ampliará o acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer e criará condições para que toda criança e todo adolescente possam desenvolver plenamente suas capacidades.

Construir uma sociedade socialista significa garantir que a riqueza produzida pelo povo seja utilizada para assegurar às novas gerações aquilo que lhes pertence por direito: uma infância protegida, uma juventude cheia de oportunidades e um futuro construído com dignidade, igualdade e esperança.



JUVENTUDE: GARANTIR OPORTUNIDADES PARA TRANSFORMAR SÃO PAULO

A juventude paulista vive uma profunda contradição. Nunca houve uma geração com tanto acesso ao conhecimento, à tecnologia e à informação, mas também nunca foi tão difícil para milhões de jovens construir um projeto de vida. O desemprego, a precarização do trabalho, os baixos salários, a dificuldade de acesso ao ensino superior, o alto custo da moradia e a violência fazem com que milhares de jovens adiem ou abandonem seus sonhos. Para uma parcela significativa da juventude traba-

lhadora, especialmente nas periferias, o futuro parece cada vez mais distante.

Essa realidade não é resultado da falta de esforço individual. É consequência de um modelo econômico que concentra riqueza, reduz investimentos públicos e trata a juventude como mão de obra barata e descartável. São os jovens que ocupam os empregos mais precários, que enfrentam jornadas exaustivas, que sofrem com a rotatividade no mercado de trabalho e que encontram maiores dificuldades para

conquistar autonomia financeira. Ao mesmo tempo, são também os que mais sofrem com a ausência de políticas públicas voltadas à cultura, ao esporte, à ciência, ao lazer e à participação política.

A situação é ainda mais grave para a juventude negra e periférica. Em muitas comunidades, o Estado se faz presente principalmente por meio da violência policial, enquanto faltam escolas de qualidade, equipamentos culturais, oportunidades de formação profissional e

perspectivas de futuro. O crescimento das organizações criminosas e da violência está diretamente relacionado ao abandono histórico desses territórios pelo poder público. Nenhuma política séria para a juventude será construída apenas com repressão. É preciso garantir direitos, oportunidades e condições para que cada jovem possa desenvolver plenamente suas capacidades.

A juventude também enfrenta os efeitos das transformações no mundo do trabalho. O avanço da chamada "uberização", dos contratos precários e da informalidade retirou direitos conquistados ao longo de décadas de luta da classe trabalhadora. Muitos jovens ingressam no mercado de trabalho sem carteira assinada, sem proteção previdenciária e sem perspectivas de estabilidade. Em vez de preparar uma geração para liderar o desenvolvimento do estado, o atual modelo econômico condena milhões de jovens à insegurança permanente.

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, investir na juventude significa investir no futuro de São Paulo. A energia, a criatividade e a capacidade de organização da juventude são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento científico,

tecnológico, econômico e cultural do estado. Nosso Governo Popular colocará a juventude no centro de seu projeto de transformação social, garantindo direitos, ampliando oportunidades e fortalecendo sua participação na construção de um novo modelo de desenvolvimento.



Trabalho, educação e oportunidades para a juventude

A autonomia dos jovens depende do acesso ao trabalho digno e à educação pública de qualidade. Por isso, nosso governo integrará as políticas de juventude às estratégias de reindustrialização do estado, ampliando programas de qualificação profissional, fortalecendo as Etecs, Fatecs e universidades públicas e criando oportunidades para que os jovens ingressem em setores estratégicos da economia paulista.

Também ampliaremos as políticas de permanência estudantil, garantindo que estudantes de baixa renda tenham condições de concluir seus estudos, e desenvolveremos programas de incentivo ao primeiro emprego, sempre assegurando direitos

trabalhistas e combatendo a precarização das relações de trabalho.

Nosso compromisso é garantir que nenhum jovem seja obrigado a abandonar os estudos ou aceitar condições degradantes de trabalho por falta de alternativas.

Ciência, tecnologia e participação política

São Paulo concentra algumas das principais universidades e centros de pesquisa da América Latina. No entanto, milhares de jovens pesquisadores deixam o estado ou abandonam a carreira científica por falta de investimentos e oportunidades.

Nosso Governo Popular fortalecerá a pesquisa científica, ampliará bolsas de estudo, incentivará a inovação



tecnológica e aproximará universidades, institutos de pesquisa e empresas públi-

blicas de um projeto de desenvolvimento voltado às necessidades do povo.

Também criaremos mecanismos permanentes de participação da juventude na elaboração das políticas públicas, fortalecendo conselhos, conferências e espaços democráticos de debate.

Garantir direitos e construir um futuro socialista

A juventude precisa de muito mais do que oportunidades de emprego. Precisa de acesso à cultura, ao esporte, ao lazer, à moradia, ao transporte público de qualidade e a serviços públicos capazes de garantir uma vida digna.

Por isso, as políticas de juventude estarão articuladas a todas as áreas do governo, promovendo ações



integradas de educação, saúde, cultura, assistência social, segurança pública e

desenvolvimento econômico. Investir na juventude significa reduzir desigualdades, prevenir a violência e criar condições para que toda uma geração possa viver plenamente seus direitos.

Nosso governo também fortalecerá as políticas de saúde mental voltadas à juventude, ampliando o atendimento psicossocial e desenvolvendo ações de prevenção ao sofrimento psíquico, reconhecendo os impactos da precarização do trabalho, da violência, da exclusão social e das pressões da vida contemporânea sobre os jovens.

Nosso compromisso

Nenhuma sociedade pode construir um futuro próspero quando abandona sua juventude à precariedade, à violência e à falta de perspectivas. A riqueza produzida em São Paulo deve servir para garantir que cada jovem tenha acesso ao conhecimento, ao trabalho digno, à cultura, à ciência, ao esporte e à participação política.

Nosso Governo Popular fará da juventude uma prioridade estratégica para o desenvolvimento do estado, ampliando direitos, criando oportunidades e fortalecendo o protagonismo das novas gerações na construção de

uma sociedade mais justa e democrática.

A juventude sempre esteve na linha de frente das grandes transformações da história brasileira. Será também protagonista da construção do socialismo em São Paulo, onde o futuro deixe de ser um privilégio de poucos e passe a ser um direito de todo o povo trabalhador.



EDUCAÇÃO: **CONHECIMENTO PARA LIBERTAR O POVO**

A educação é um dos principais instrumentos de transformação da sociedade. É por meio dela que um povo desenvolve sua capacidade científica, tecnológica, cultural e política, forma profissionais qualificados, amplia sua consciência crítica e conquista condições para construir um futuro melhor. Nenhum projeto de desenvolvimento soberano é possível sem uma educação pública forte, gratuita, democrática e de qualidade.

São Paulo possui uma das maiores redes públicas de ensino da América Latina,

além de universidades reconhecidas internacionalmente, como a USP, a Unicamp e a Unesp, uma ampla rede de Etecs e Fatecs e importantes institutos de pesquisa. Todo esse patrimônio foi construído pelo esforço coletivo do povo paulista e representa uma das maiores riquezas do estado.

Entretanto, nas últimas décadas, a educação pública passou a ser alvo de um processo permanente de desmonte. A redução dos investimentos, a precarização dos trabalhadores da educação, o fechamento de

escolas, a privatização de serviços educacionais e a crescente interferência de interesses privados vêm comprometendo a qualidade do ensino e aprofundando as desigualdades educacionais.

O governo Tarcísio levou esse processo a um novo patamar. A militarização das escolas, a entrega da gestão de unidades públicas à iniciativa privada, a expansão das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e o ataque à autonomia da comunidade escolar e universitária representam um projeto que transforma a educação em

mercadoria e reduz a escola a um espaço de disciplina-mento, em vez de formação humana.

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, educar significa formar cidadãos críticos, trabalhadores qualificados e um povo capaz de dirigir o próprio destino. Nosso Governo Popular reconstruirá a educação pública como um direito universal e como um dos pilares do desenvolvimento soberano de São Paulo.



Acabar com a militarização e a privatização das escolas

Nossa prioridade será interromper imediatamente o processo de militarização das escolas estaduais e reverter a entrega da gestão escolar à iniciativa privada.

A educação deve ser conduzida por educadores, estudantes, trabalhadores da escola e pela comunidade, jamais subordinada à lógica empresarial ou à disciplina militar. A escola pública precisa formar pessoas livres, criativas, solidárias e capazes de compreender criticamente a realidade, e não cidadãos treinados para obedecer sem questionar.

Também revisaremos os contratos de Parcerias Público-Privadas e demais formas de privatização da educação estadual, revertendo todas as formas de privatização ou terceirização, retomando a responsabilidade direta do Estado pela gestão da rede pública.

Valorizar os profissionais da educação

Durante anos, os profissionais da educação sofrem com salários defasados, aumento da sobrecarga de trabalho, precarização dos vínculos empregatícios e perda de direitos. Essa realidade afasta novos profissionais da carreira e compromete diretamente a qualidade do ensino.

Nosso governo realizará emergencialmente concursos públicos para recomposição do quadro da educação e reajustará o salário dos trabalhadores com base, ao menos, na recomposição da inflação nos últimos 10 anos. Reconstruiremos os planos de carreira, garantindo formação continuada, condições dignas de trabalho e negociação permanente com as entidades representativas da categoria.

Fortalecer a educação básica pública

Toda criança e todo adolescente têm direito a uma educação pública de qualidade, independentemente do

bairro onde vivem ou da renda de suas famílias.



Nosso governo ampliará os investimentos na infraestrutura escolar, modernizará laboratórios, bibliotecas e equipamentos esportivos e culturais, fortalecerá programas de permanência estudantil e garantirá que todas as escolas disponham das condições necessárias para desenvolver plenamente seu projeto pedagógico. Fortaleceremos também mecanismos de participação popular nas decisões relacionadas às escolas estaduais, como conselhos deliberativos, por exemplo.

Também fortaleceremos a educação infantil em parceria com os municípios, ampliaremos o atendimento aos estudantes com deficiência e desenvolveremos políticas permanentes de combate à evasão escolar.

A escola pública deve ser um espaço de conhecimento, cultura, esporte, ciência, convivência e emancipação.

Expandir o ensino técnico e fortalecer as universidades públicas

O desenvolvimento econômico de São Paulo exige uma política educacional articulada ao planejamento produtivo do estado. Nosso estado possui três das principais universidades do país e uma rede de formação técnica que é referência internacional.

Fortaleceremos as Etecs e Fatecs, ampliaremos a oferta de cursos técnicos e tecnológicos, integrando sua atuação ao Plano Estadual de Reindustrialização, formando profissionais para setores estratégicos como a indústria ferroviária, farmacêutica, petroquímica, de tecnologia da informação, semicondutores, energias renováveis, produção de alimentos e saúde.

Nosso Governo Popular ampliará o acesso ao ensino superior público, ampliando o número de vagas nas universidades estaduais, superando o modelo excludente do vestibular e garantindo que todo jovem que conclua o ensino médio tenha o direito de ingressar em uma universidade pública.

Em diálogo permanente com a juventude, a comunidade acadêmica e os movimentos estudantis, ampliaremos a presença das universidades nos interiores do estado,

criando novos campi onde houver demanda social e necessidade de interiorização do ensino superior.

Ampliaremos os investimentos nas universidades públicas estaduais, assegurando recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão, com mecanismos de participação da comunidade universitária e da sociedade na definição das prioridades orçamentárias. Fortaleceremos a assistência estudantil como política permanente, reconhecendo seu papel fundamental na permanência dos estudantes e na democratização e popularização do acesso ao ensino superior.

Também realizaremos um amplo programa de recuperação e modernização da infraestrutura universitária, enfrentando o sucateamento acumulado nos últimos anos, com investimentos em salas de aula, laboratórios, bibliotecas, moradias estudantis, restaurantes universitários, equipamentos de pesquisa e espaços de convivência, garantindo condições dignas para estudantes, docentes e servidores e fortalecendo as universidades públicas como patrimônio do povo paulista.

As universidades públicas não podem ser tratadas como um gasto. Elas são patrimônio do povo paulista e um dos principais motores

da produção científica, tecnológica e cultural do Brasil. Seu fortalecimento exige combater a transferência de recursos públicos para os monopólios privados da educação e ampliar os investimentos nas instituições públicas. Essa transformação só será possível com o povo organizado ao nosso lado, enfrentando os interesses que lucram com a mercantilização do ensino.



Democratizar a gestão da educação

Nosso governo fortalecerá a participação de professores, estudantes, trabalhadores da educação e famílias nas decisões sobre as políticas educacionais. Defenderemos eleições democráticas para direções escolares e reitorias das universidades estaduais, com ampla participação da comunidade escolar e acadêmica, além do fortalecimento dos conselhos de educação em todos os níveis.

Uma educação democrática forma cidadãos preparados para participar da vida pública e fortalecer a democracia popular.

Educação para construir um novo projeto de sociedade

A educação não deve servir apenas para atender às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ela deve contribuir para o desenvolvimento integral das pessoas, estimular o pensamento crítico, fortalecer a produção científica e formar cidadãos comprometidos com a transformação da sociedade.

Por isso, articularemos a política educacional às áreas da ciência, cultura, tecnologia e desenvolvimento econômico, colocando o conhecimento a serviço das necessidades do povo e da construção do socialismo.

Nosso compromisso

Uma sociedade verdadeiramente democrática não pode aceitar que o acesso ao conhecimento seja condicionado pela renda ou pelos interesses do mercado.

Nosso Governo Popular defenderá a escola pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, colocará fim à militarização e à privatização da educação, valorizará seus profissionais, fortalecerá as universidades estaduais, as Etecs e Fatecs e garantirá que o conhecimento produzido em São Paulo esteja a serviço do desenvolvimento do povo.

Educar é preparar as novas gerações para compreender o mundo e transformá-lo. É por isso que a educação ocupará um lugar central em nosso projeto de reconstrução do Estado e na construção do socialismo em São Paulo.



IGUALDADE RACIAL:

COMBATER O RACISMO E REPARAR UMA DÍVIDA HISTÓRICA

São Paulo foi construído pelo trabalho do povo negro. Foram homens e mulheres escravizados que produziram grande parte da riqueza que permitiu o desenvolvimento econômico do estado. Depois da abolição, porém, essa população foi abandonada pelo poder público, sem acesso à terra, à educação, ao trabalho digno e às condições necessárias para construir uma vida com igualdade de oportunidades. Enquanto isso, a riqueza produzida durante séculos permaneceu concentrada nas mãos de uma pequena elite.

Mais de um século depois, as consequências desse processo continuam presentes. A população negra recebe os menores salários, enfrenta maiores índices de desemprego e informalidade, vive majoritariamente nas regiões mais pobres das cidades, tem menor acesso à moradia digna e aos serviços públicos de qualidade e é a principal vítima da violência e do encarceramento em massa. O racismo estrutura as desigualdades brasileiras e organiza a distribuição do poder, da renda e das oportunidades.

Essa realidade não pode ser explicada apenas por atitudes individuais de discriminação. O racismo foi incorporado às instituições e às políticas do Estado brasileiro, servindo historicamente para justificar a exploração da classe trabalhadora e dividir o povo. Ao estimular a desigualdade entre trabalhadores negros e brancos, as elites econômicas preservam seus privilégios e impedem a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Nos últimos anos, o avanço do fascismo aprofundou

esse cenário ao fortalecer política e ideologicamente o racismo estrutural e atacar políticas de promoção da igualdade racial. Enquanto o racismo ganha espaço, a juventude é cada vez mais alvo da violência policial, mulheres negras seguem ocupando os postos de trabalho mais precários e milhares de famílias permanecem excluídas dos direitos mais básicos.

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, combater o racismo significa enfrentar uma das principais bases da desigualdade em nosso estado. Não haverá democracia plena enquanto o racismo continuar determinando quem terá acesso às melhores oportunidades e quem estará mais exposto à pobreza, à violência e à exclusão. Nosso Governo Popular fará da igualdade racial uma política permanente de Estado, articulando ações em todas as áreas do governo para reparar essa dívida histórica e construir uma sociedade fundada na igualdade de direitos.

Enfrentar o racismo institucional

O combate ao racismo deve começar pelas próprias instituições públicas. Nosso governo implementará uma política permanente de enfrentamento ao racismo institucional em toda a admi-

nistração estadual, fortalecendo mecanismos de prevenção, fiscalização e responsabilização em casos de discriminação. Servidores públicos receberão formação continuada sobre igualdade racial e direitos humanos, garantindo que os serviços públicos atendam toda a população com respeito, dignidade e sem qualquer forma de discriminação.

Também fortaleceremos os órgãos estaduais responsáveis pela promoção da igualdade racial, assegurando recursos, autonomia e participação dos movimentos sociais na elaboração e no acompanhamento das políticas públicas.

Garantir oportunidades e reparar desigualdades

A igualdade formal perante a lei não é suficiente para superar séculos de exclusão. É necessário que o Estado desenvolva políticas capazes de ampliar o acesso da população negra ao trabalho, à educação, à cultura e aos espaços de decisão.

Nosso governo fortalecerá as políticas de ação afirmativa, ampliará programas de qualificação profissional e empreendedorismo popular, apoiará cooperativas organizadas por trabalhadores negros e garantirá que as políticas estaduais de emprego, habitação, saúde e educação incorporem o combate às

desigualdades raciais como um de seus objetivos centrais.

Também defenderemos a ampliação das políticas de permanência estudantil e o fortalecimento das ações afirmativas nas universidades públicas estaduais, garantindo que o acesso ao ensino superior seja acompanhado das condições necessárias para sua conclusão.

Valorizar a história e a cultura do povo negro

A cultura afro-brasileira faz parte da identidade de São Paulo e do Brasil. No entanto, durante muito tempo, a contribuição do povo negro para a formação do país foi invisibilizada ou tratada de forma secundária.

Nosso governo fortalecerá políticas de valorização da história e da cultura afro-brasileira, apoiando iniciativas culturais, preservando a memória das lutas do povo negro e garantindo o cumprimento da legislação que determina o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira em toda a rede pública de ensino.

Também apoiaremos manifestações culturais das periferias, dos quilombos e das comunidades tradicionais, reconhecendo seu papel na construção da identidade do povo paulista.

Nosso compromisso

O racismo não será superado apenas com discursos de tolerância. Ele exige políticas públicas permanentes, participação popular e compromisso com a transformação das estruturas que produzem desigualdade.

Nosso Governo Popular combaterá o racismo em todas as suas formas, fortalecerá as políticas de igualdade racial, ampliará oportunidades para a população negra e enfrentará as desigualdades que ainda marcam profundamente nosso estado.

Construir o socialismo em São Paulo significa construir um estado onde nenhuma pessoa tenha seus direitos limitados por sua raça, onde a riqueza produzida pelo povo seja compartilhada por todos e onde a igualdade deixe de ser apenas uma promessa para se tornar uma realidade concreta na vida da maioria da população.



MORADIA, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO O DIREITO À CIDADE PARA QUEM TRABALHA

São Paulo foi construído pelo trabalho do povo negro. Foram homens e mulheres escravizados. A moradia é um direito humano fundamental. Ter uma casa digna significa ter segurança, acesso à água, saneamento, transporte, educação, saúde, cultura, emprego e renda. No entanto, para milhões de paulistas, esse direito continua sendo negado. Enquanto famílias vivem em ocupações, cortiços, áreas de risco ou enfrentam o peso crescente dos aluguéis, milhares de imóveis permanecem vazios, mantidos apenas como ativos financeiros à espera de valorização.

Essa contradição é ainda mais evidente em São Paulo, o estado mais rico do país. As cidades cresceram de forma profundamente desigual. De um lado, bairros dotados de toda a infraestrutura urbana; de outro, periferias marcadas pela ausência de serviços públicos, longos deslocamentos, enchentes, falta de equipamentos culturais e insegurança habitacional. O problema não é a falta de riqueza, mas a forma como ela é apropriada e distribuída.

Durante décadas, a política urbana foi orientada pelos interesses das grandes incor-

poradoras, da especulação imobiliária e do mercado financeiro. Em vez de enfrentar o déficit habitacional, o poder público permitiu que a terra urbana fosse tratada como mercadoria. O resultado é um modelo de desenvolvimento que expulsa os trabalhadores para cada vez mais longe dos centros urbanos, aumenta o tempo gasto no transporte, encarece o custo de vida e aprofunda a segregação social.

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, o planejamento urbano não pode continuar subordinado ao lucro das grandes empresas do setor

imobiliário. Nosso Governo Popular colocará a política habitacional a serviço da classe trabalhadora, garantindo moradia digna e construindo cidades mais justas, democráticas e sustentáveis.

Moradia digna como prioridade do Estado

Nosso governo lançará um programa estadual de habitação popular, articulando investimentos públicos, produção de moradias, desapropriação de imóveis abandonados, subutilizados e recuperação de imóveis precários para reduzir o déficit habitacional em todas as regiões do estado.

As políticas habitacionais priorizarão famílias de baixa renda, mulheres chefes de família, pessoas com deficiência, idosos, população em situação de rua e trabalhadores que hoje destinam grande parte de sua renda ao pagamento de aluguel.

A moradia não pode ser tratada como um privilégio. Cabe ao Estado garantir que toda família tenha acesso a uma habitação segura, bem localizada e integrada aos serviços públicos.

Combater a especulação imobiliária e garantir a função social da propriedade

Enquanto milhares de famílias não têm onde morar, inúmeros imóveis permanecem abandonados durante

anos apenas para alimentar a especulação imobiliária.

Nosso Governo Popular utilizará todos os instrumentos legais para garantir que a propriedade cumpra sua função social. Realizaremos a desapropriação de imóveis abandonados ou que descumpram sua função social para destiná-los à habitação popular, equipamentos públicos e projetos de interesse coletivo.

A cidade deve servir às necessidades de quem vive e trabalha nela, e não aos interesses da especulação financeira.

Urbanizar as periferias e reduzir as desigualdades

A política habitacional não pode se limitar à construção de novas moradias. É preciso transformar as condições de vida das periferias já existentes.

Nosso governo ampliará os investimentos em pavimentação, drenagem, saneamento, iluminação pública, áreas de lazer, equipamentos culturais, escolas, unidades de saúde e transporte coletivo nas regiões historicamente abandonadas pelo poder público.

Também desenvolveremos programas permanentes de prevenção de enchentes, contenção de encostas e adaptação das cidades às mudanças climáticas, protegendo as co-

munidades mais vulneráveis aos desastres ambientais.

Regularização fundiária e proteção das famílias

Milhares de famílias vivem há décadas em bairros e comunidades sem segurança jurídica sobre suas moradias.

Nosso governo fortalecerá os programas de regularização fundiária de interesse social, garantindo o direito à permanência das famílias, acesso à infraestrutura urbana e integração dessas áreas ao planejamento das cidades.

A regularização será acompanhada de investimentos públicos, evitando que ela sirva apenas para formalizar situações precárias sem melhorar efetivamente as condições de vida da população.

Nenhuma família sem proteção contra despejos

O direito à moradia deve prevalecer sobre os interesses da especulação imobiliária.

Nosso Governo Popular atuará para impedir despejos forçados sem alternativa habitacional digna, fortalecerá a mediação de conflitos fundiários e apoiará políticas de proteção às ocupações organizadas por movimentos populares de moradia.

As famílias trabalhadoras não podem continuar pagando a conta da desigualdade urbana enquanto grandes proprietários mantêm imó-

veis vazios apenas para obter lucro.

Planejar cidades para quem vive nelas

As cidades paulistas precisam voltar a ser planejadas em função das necessidades da população.

Nosso governo integrará as políticas de habitação, mobilidade, saneamento, meio ambiente, cultura e desenvolvimento econômico, promovendo um planejamento urbano capaz de aproximar moradia, trabalho, educação e serviços públicos.

Também fortaleceremos a participação popular nas decisões sobre o desenvolvimento urbano, garantindo que moradores, movimentos de moradia, universidades e entidades técnicas participem da elaboração das políticas públicas.

Nosso compromisso

O direito à cidade não pode continuar sendo um privilégio de poucos. Enquanto milhões de trabalhadores enfrentam longas jornadas de deslocamento, moram em condições precárias ou vivem sob a ameaça permanente do despejo, uma pequena minoria transforma a terra urbana em instrumento de especulação e enriquecimento.

Nosso Governo Popular colocará a política habitacional a serviço da maioria da popu-

lação. Construiremos moradias populares, urbanizaremos as periferias, combateremos a especulação imobiliária, garantiremos a função social da propriedade e protegeremos o direito das famílias de viver com segurança e dignidade.

Construir cidades mais justas significa colocar o espaço urbano a serviço do povo trabalhador. Esse é um passo fundamental para transformar São Paulo em um estado onde a riqueza produzida coletivamente retorne àqueles que a constroem todos os dias e para avançar na construção de uma sociedade socialista.



CULTURA:

DEMOCRATIZAR O ACESSO E VALORIZAR A PRODUÇÃO POPULAR

A cultura é uma das maiores riquezas de um povo. É por meio dela que uma sociedade preserva sua memória, constrói sua identidade, expressa sua criatividade e fortalece os laços de solidariedade. A produção cultural também é um espaço de reflexão crítica sobre a realidade, capaz de estimular a participação popular e contribuir para a construção de um projeto coletivo de desenvolvimento.

São Paulo concentra uma das maiores produções culturais do Brasil. O estado abriga importantes museus, bibliotecas, teatros, orques-

tras, universidades, centros de pesquisa e manifestações populares que fazem parte da identidade nacional. É também o berço de movimentos culturais que transformaram a história do país, como o samba paulista, o hip-hop, o teatro popular, a literatura periférica e expressões artísticas produzidas nas periferias urbanas, nos povos indígenas, nas comunidades quilombolas e nas tradições do campo.

Apesar dessa enorme riqueza, o acesso à cultura permanece profundamente desigual. A maior parte dos equipamentos culturais está

concentrada nas regiões centrais das grandes cidades, enquanto milhões de trabalhadores das periferias e do interior encontram enormes dificuldades para acessar os equipamentos de cultura. Ao mesmo tempo, milhares de artistas, coletivos e produtores culturais sobrevivem em condições precárias, enfrentando a falta de financiamento, de espaços públicos e de políticas permanentes de incentivo.

Essa desigualdade não é consequência da falta de produção cultural e nem de verba, mas da transformação a cultura em uma

mercadoria utilizada pelas grandes produtoras para gerar lucros milionários. Em vez de ser tratada como um direito, ela passa a depender da capacidade de consumo da população e dos interesses do mercado. Grandes grupos econômicos concentram recursos, definem o que será produzido e distribuído, enquanto boa parte da produção cultural popular permanece invisibilizada ou sem condições de se desenvolver.

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, a cultura é um direito fundamental e um instrumento de emancipação humana. Nosso Governo Popular colocará a política cultural a serviço do povo trabalhador, democratizando o acesso aos bens culturais, valorizando os artistas e fortalecendo as manifestações produzidas nas periferias, no campo e pelas comunidades tradicionais.

Democratizar o acesso à cultura em todo o estado

Toda a população tem direito de produzir e usufruir da cultura. Por isso, ampliaremos os investimentos na construção, recuperação e manutenção de bibliotecas, centros culturais, museus, teatros, cinemas públicos e espaços de convivência em todas as regiões do estado, valorizando os municípios do interior e os bairros periféricos historicamente excluí-

dos dos investimentos públicos.

Também fortaleceremos programas de circulação artística, garantindo que espetáculos, exposições, apresentações musicais e atividades culturais cheguem aos locais onde hoje o acesso é limitado. A cultura deve estar presente em todas as cidades e fazer parte do cotidiano da população.

Valorizar os trabalhadores da cultura e a produção popular

Artistas, produtores, técnicos, educadores e trabalhadores da cultura desempenham um papel essencial no desenvolvimento da sociedade, mas convivem com a instabilidade, a falta de financiamento e a precarização das relações de trabalho.

Nosso governo ampliará os investimentos públicos em cultura, fortalecerá os mecanismos de fomento, simplificará o acesso aos editais e garantirá apoio permanente aos coletivos culturais, grupos comunitários, artistas independentes e iniciativas desenvolvidas nas periferias, no campo, entre os povos indígenas, as comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais.

Também valorizaremos as expressões culturais populares, reconhecendo sua importância para a formação da identidade paulista e bra-

sileira e assegurando condições para sua preservação e desenvolvimento.

Preservar a memória e fortalecer a identidade do povo

Conhecer a própria história é condição para construir o futuro. Por isso, fortaleceremos as políticas de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, garantindo recursos para museus, arquivos públicos, centros de memória e iniciativas voltadas à valorização da história das lutas populares em São Paulo.

Nosso governo apoiará projetos que preservem a memória da classe trabalhadora, dos movimentos sociais, da resistência democrática, da população negra, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de todos aqueles que contribuíram para construir a riqueza e a diversidade cultural do estado.

Defendemos uma política cultural comprometida com a valorização da identidade popular das trabalhadoras e trabalhadores, respeitando sua diversidade e fortalecendo os vínculos entre cultura, educação, ciência e desenvolvimento.

Nosso compromisso

A cultura não pode continuar sendo privilégio de quem pode pagar nem estar subordinada aos interesses do mercado. Ela deve ser reconhecida como um direito de toda a população e como um instrumento de formação, participação e transformação social.

Nosso Governo Popular ampliará os investimentos públicos em cultura, democratizará o acesso aos equipamentos culturais, fortalecerá os trabalhadores da cultura e apoiará a produção artística em todas as regiões do estado, especialmente nas periferias e nos municípios historicamente excluídos.

Construir o socialismo em São Paulo significa garantir que a riqueza cultural produzida pelo povo esteja a serviço do próprio povo, fortalecendo a criatividade, a memória, a identidade e a participação popular como elementos fundamentais de uma sociedade verdadeiramente livre, democrática e igualitária.



ESPORTE E LAZER.

GARANTIR QUALIDADE DE VIDA, SAÚDE E CONVIVÊNCIA PARA O POVO

O acesso ao esporte e ao lazer é um direito social e uma condição fundamental para a saúde e qualidade de vida, imprescindível para garantir o acesso a outros direitos. Mais do que atividades recreativas, o esporte e o lazer contribuem para o desenvolvimento físico e mental, fortalecem os vínculos comunitários, estimulam a convivência e ajudam a prevenir diferentes formas de violência, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens.

Entretanto, em São Paulo, esse direito não é garantido

para a maioria da população. Enquanto bairros mais ricos dispõem de clubes, academias, parques e equipamentos esportivos de qualidade, milhões de trabalhadores das periferias urbanas e de pequenas cidades convivem com a falta de quadras, centros esportivos, piscinas públicas, praças bem cuidadas e espaços adequados para a prática esportiva e o lazer. Em muitos lugares,

o abandono dos equipamentos públicos impede que crianças e jovens tenham acesso a atividades esportivas

regulares e gratuitas.

Essa desigualdade também é resultado da forma como o poder público trata o esporte. Em vez de compreendê-lo como uma política de Estado, sucessivos governos reduziram investimentos, privilegiaram grandes eventos e transferiram recursos para iniciativas privadas, deixando em segundo plano o esporte educacional comunitário e de

participação popular. Ao mesmo tempo, o tempo livre da classe trabalhadora tornou-se cada vez mais escasso diante

das longas jornadas de trabalho, dos deslocamentos demorados e da precarização das relações de emprego.

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, esporte e lazer não são privilégios nem mercadorias. São direitos que devem estar ao alcance de toda a população, independentemente da renda ou do local onde vive. Nosso Governo Popular fará desses direitos parte de uma política permanente da saúde

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, esporte e lazer não são privilégios nem mercadorias. São direitos que devem estar ao alcance de toda a população, independentemente da renda ou do local onde vive. Nosso Governo Popular fará desses direitos parte de uma política permanente de promoção da saúde, da educação, da convivência comunitária e da inclusão social.

Ampliar os equipamentos públicos e democratizar o acesso ao esporte

O Estado deve garantir que todas as regiões tenham infraestrutura adequada para a prática esportiva e o lazer.

Nosso governo ampliará os investimentos na construção, recuperação e manutenção de centros esportivos, ginásios, quadras poliesportivas, piscinas

públicas, pistas de atletismo, ciclovias, parques e praças, priorizando as periferias urbanas, os municípios do interior e as regiões historicamente esquecidas pelo poder público.

Esses espaços serão gratuitos, acessíveis e integrados às políticas de educação, saúde e assistência social, permitindo que crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência possam praticar atividades físicas e utilizar os espaços públicos com segurança e dignidade.

Fortalecer o esporte educacional e comunitário

A escola e a comunidade são espaços fundamentais para a formação esportiva. Nosso Governo Popular fortalecerá o esporte nas escolas estaduais, ampliando a oferta de modalidades esportivas, recuperando as estruturas existentes e garantindo profissionais qualificados para desenvolver atividades permanentes ao longo do ano.

Também apoiaremos projetos esportivos comunitários, associações de bairro, clubes populares e iniciativas organizadas pelos movimentos sociais e populares, reconhecendo que essas experiências desempenham um papel importante na formação da juventude, na prevenção da violência e na in-

tegração das comunidades.

A formação de base de atletas e a criação de escolinhas de esportes no contraturno escolar também serão uma prioridade como estratégia de inclusão social, saúde de crianças e adolescentes e descoberta de talentos. As atividades atenderão estudantes da rede de ensino, oferecendo modalidades olímpicas, paralímpicas e práticas integrativas.

Além do lazer e do esporte educacional o programa terá um eixo de alto rendimento, mapeando jovens com aptidão para integrar núcleos de treinamento intensivo em parceria com clubes e federações esportivas criando um ciclo sustentável de renovação do esporte estadual e nacional.

Valorizar atletas e profissionais do esporte

São Paulo possui milhares de atletas que representam o estado em competições nacionais e internacionais, além de profissionais dedicados à formação esportiva em escolas, clubes e projetos sociais. Apesar disso, muitos enfrentam falta de apoio, de financiamento e de condições adequadas

para desenvolver seu trabalho. Nosso governo ampliará programas de incentivo ao esporte de alto rendimento, fortalecerá as bolsas para atletas e apoiará a formação de treinadores, professores de educação física e demais profissionais da área, garantindo que o talento esportivo não seja desperdiçado por falta de investimentos públicos.

Também promoveremos políticas voltadas ao esporte paralímpico, assegurando infraestrutura, financiamento e condições para ampliar a participação das pessoas com deficiência em todas as modalidades esportivas.

Garantir o direito ao lazer e à ocupação dos espaços públicos

O lazer também é um direito da população trabalhadora. As pessoas têm o direito de descansar, conviver, brincar, praticar atividades culturais e esportivas e ocupar os espaços públicos de suas cidades.

Por isso, ampliaremos os investimentos em parques, praças, áreas verdes e espaços de convivência, promovendo atividades esportivas, culturais e recreativas gratuitas em todas as regiões do estado. Também desenvolveremos políticas de incentivo ao uso democrático dos espaços

públicos, fortalecendo a convivência comunitária e valorizando o patrimônio ambiental e urbano de São Paulo.

Construir cidades onde as pessoas possam viver plenamente significa garantir que o tempo livre deixe de ser um privilégio reservado a poucos.

Nosso compromisso

O esporte e o lazer fazem parte dos direitos sociais que devem ser assegurados pelo Estado e constituem instrumentos fundamentais para promover saúde, educação, inclusão e qualidade de vida.

Nosso Governo Popular ampliará os investimentos em equipamentos esportivos, fortalecerá o esporte educacional e comunitário, apoiará atletas e profissionais da área e garantirá que parques, praças e espaços públicos sejam efetivamente acessíveis a toda a população.

Construir o socialismo em São Paulo significa garantir que a riqueza produzida pelo povo também se traduza em mais tempo livre, mais convivência, mais saúde e mais oportunidades para que todos possam praticar esportes, usufruir do lazer e viver com dignidade.



COMUNICAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO: **DEMOCRATIZAR A MÍDIA E GARANTIR O DIREITO À COMUNICAÇÃO**

O acesso à informação é um direito fundamental e uma condição indispensável para a democracia. No entanto, em São Paulo e no Brasil, a comunicação continua concentrada nas mãos de um pequeno número de grupos econômicos que exercem enorme influência sobre a formação da opinião pública e sobre o debate político.

Essa concentração limita a capacidade da classe trabalhadora de expressar sua opinião no debate público e restringe o acesso às culturas e experiências construídas pelo povo. Enquanto poucos conglomerados de

comunicação controlam grande parte da televisão, do rádio, dos jornais e dos portais de notícias, milhares de iniciativas comunitárias, populares, educativas e independentes enfrentam dificuldades para sobreviver e alcançar a população.

Ao mesmo tempo, que as transformações tecnológicas ampliaram o acesso à internet e às redes digitais, também fortaleceram o poder das grandes plataformas digitais, que controlam algoritmos, concentram receitas publicitárias e definem, muitas vezes sem transparência, quais infor-

mações circulam com maior alcance. A informação tornou-se também um grande negócio, subordinando o interesse público aos interesses comerciais de grandes empresas nacionais e estrangeiras.

Para a Unidade Popular pelo Socialismo, a comunicação é um direito do povo e deve estar comprometida com a promoção da democracia, da diversidade cultural, da educação, da produção científica e da soberania nacional. Nosso Governo Popular defenderá a democratização dos meios de comunicação e garantirá que o acesso à in-

formação seja tratado como uma política pública essencial.

Fortalecer a comunicação pública, comunitária e popular

Nosso governo fortalecerá os veículos públicos de comunicação, garantindo autonomia editorial, transparência e compromisso com o interesse público. Também criaremos programas permanentes de apoio aos veículos comunitários, populares, educativos e independentes, ampliando seu acesso a editais públicos, formação profissional e políticas de fomento.

A comunicação produzida nas periferias, pelos movimentos sociais, pelas universidades, pelos povos indígenas, pelas comunidades quilombolas e pelas organizações populares deve receber o apoio necessário para ampliar sua capacidade de informar e dialogar com a sociedade.

Democratizar o acesso à internet e à inclusão digital

O acesso à internet tornou-se condição fundamental para estudar, trabalhar, acessar serviços públicos e participar da vida social. No entanto, milhões de paulistas ainda convivem com conexões precárias, equipamentos insuficientes e profundas desigualdades no acesso às tecnologias digitais.

Nosso Governo Popular ampliará programas de inclusão digital, fortalecerá a infraestrutura de conectividade em escolas, bibliotecas e equipamentos públicos e desenvolverá políticas voltadas à universalização do acesso à internet de qualidade, especialmente nas periferias urbanas, áreas rurais e municípios de menor porte.

Garantir transparência e o direito à informação

O Estado deve atuar com transparência e permitir que o povo acompanhe a utilização dos recursos públicos e participe das decisões governamentais.

Nosso governo fortalecerá os mecanismos de transparência ativa, ampliará o acesso aos dados públicos e desenvolverá plataformas abertas que permitam à população acompanhar a execução do orçamento, a implementação das políticas públicas e a atuação dos órgãos estaduais.

Também fortaleceremos as políticas de educação midiática e de formação crítica, contribuindo para que a população possa compreender o funcionamento dos meios de comunicação, identificar processos de manipulação da informação e participar de forma consciente do debate público.

Comunicação a serviço do povo

A comunicação deve fortalecer a democracia, a cultura, a educação e a soberania popular, e não servir apenas aos interesses econômicos de grandes empresas.

Nosso Governo Popular utilizará os meios públicos de comunicação para ampliar o acesso ao conhecimento científico, divulgar a produção cultural paulista, valorizar a diversidade do estado e fortalecer campanhas de interesse público nas áreas de saúde, educação, direitos humanos, cultura e participação popular.

Nosso compromisso é fazer da comunicação um instrumento de aproximação entre o Estado e a população, garantindo informação acessível, transparente e comprometida com os direitos do povo.

Nosso compromisso

A democracia não se limita ao direito de votar. Ela também depende do direito de informar, de ser informado e de participar do debate público, construindo o poder popular.

Nosso Governo Popular defenderá a democratização da comunicação, fortalecerá os veículos públicos, comunitários e populares, ampliará a inclusão digital, garantirá transparência na

administração pública e promoverá políticas que assegurem o acesso universal à informação de qualidade.

Combateremos os monopólios da comunicação e acabando com os subsídios estatais para os meios de comunicação dos ricos. Construir o socialismo em São Paulo significa também romper com a concentração do poder sobre a informação, garantindo que a comunicação deixe de servir aos interesses de uma pequena minoria e passe a contribuir para a organização, a consciência crítica e a participação democrática do povo trabalhador.

**O SOCIALISMO É O
FUTURO QUE
QUEREMOS CONSTRUIR**

O SOCIALISMO É O FUTURO QUE QUEREMOS CONSTRUIR

Ao longo deste programa demonstramos que São Paulo possui todas as condições materiais para garantir uma vida digna ao seu povo. O estado mais rico do Brasil concentra uma poderosa base industrial, universidades reconhecidas internacionalmente, centros de pesquisa, infraestrutura estratégica e milhões de trabalhadores e trabalhadoras que, todos os dias, produzem a riqueza que movimenta a economia nacional. O problema de São Paulo nunca foi a falta de recursos. O verdadeiro problema é que essa riqueza permanece concentrada nas mãos de uma pequena minoria de grandes empresários, bancos, monopólios e fundos de investimento, enquanto a maioria da população enfrenta baixos salários, serviços públicos precarizados, violência e desigualdade.

As propostas apresentadas neste programa demonstram que é possível melhorar imediatamente a vida do povo paulista por meio da valorização do trabalhador, da reestatização dos serviços públicos privatizados, da ampliação dos direitos sociais, do fortalecimento da participação popular e da utili-

zação do orçamento estadual para atender às necessidades da maioria da população. Nosso Governo Popular assumirá esse compromisso desde o primeiro dia.

Ao mesmo tempo, temos clareza de que nenhuma transformação profunda poderá ser consolidada enquanto a economia permanecer subordinada aos interesses do grande capital e do mercado financeiro. Enquanto uma pequena parcela da sociedade continuar controlando as principais riquezas, os meios de produção e as decisões fundamentais da economia, os direitos do povo estarão permanentemente ameaçados por novas privatizações, cortes de investimentos, retirada de direitos e ataques às organizações populares.

É por isso que nosso programa não se limita a administrar melhor o Estado capitalista, nem apresenta apenas um conjunto de propostas para um mandato de quatro anos. Nosso compromisso é abrir caminhos para uma transformação mais profunda da sociedade, enfrentando as causas estruturais da desigualdade, da exploração e

das diversas formas de opressão que atingem o povo trabalhador. Esse projeto é o Socialismo.

O socialismo não representa uma promessa distante nem um ideal abstrato. É um processo construído pela organização consciente da classe trabalhadora, pela ampliação da democracia popular, pelo fortalecimento da soberania nacional, pela defesa do patrimônio público e pelo planejamento da economia para atender às necessidades da maioria. É um caminho que começa com a luta cotidiana do povo e com a construção de um governo comprometido com os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, capaz de enfrentar o avanço do fascismo, derrotar o poder dos monopólios e colocar a riqueza produzida em São Paulo a serviço de toda a sociedade.

É com esse horizonte que encerramos este programa. As propostas aqui apresentadas não representam um ponto de chegada, mas os primeiros passos na construção de uma nova sociedade, baseada na igualdade, na solidariedade, na justiça social e no poder popular. É essa a São Paulo que queremos construir: uma São Paulo socialista.



SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO ENTRE OS POVOS

Expandir o ensino técnico e fortalecer as universidades públicas

Os problemas enfrentados pelo povo paulista não são resultado apenas de decisões tomadas dentro do Estado de São Paulo ou mesmo do Brasil. O capitalismo tornou-se um sistema mundial, organizado para garantir que uma pequena parcela da humanidade concentre a maior parte da riqueza produzida pelo trabalho de bilhões de pessoas. Grandes monopólios e instituições financeiras controlam cadeias produtivas, determinam

fluxos de investimentos, submetem governos e subordinam economias inteiras aos interesses do lucro.

Essa dominação internacional se expressa por meio do imperialismo, que utiliza seu poder econômico, político e militar para impor seus interesses sobre países dependentes. Sanções econômicas, bloqueios, intervenções, golpes de Estado, ocupações militares e guerras fazem parte dos instrumentos utilizados para preservar os privilégios das grandes potências e de suas burguesias, impedindo que

os povos decidam livremente seu próprio destino.

Ao mesmo tempo, as grandes empresas exploram trabalhadores em diferentes países, transferem fábricas para regiões onde os salários são mais baixos, destroem direitos trabalhistas e utilizam a concorrência internacional para ampliar seus lucros. A exploração assume diferentes formas, mas possui a mesma origem: um sistema econômico organizado para beneficiar uma pequena minoria à custa do trabalho da maioria da população mundial.

Por isso, nenhum povo conquistou plenamente sua emancipação isoladamente. A luta contra a exploração, o fascismo e o imperialismo exige solidariedade entre os trabalhadores e cooperação entre os povos que defendem sua soberania e o direito de construir um futuro baseado na justiça social.

Fortalecer a cooperação entre os povos

Nosso Governo Popular defenderá uma política internacional baseada na cooperação, na solidariedade e no benefício mútuo entre os povos, substituindo a lógica da competição e da submissão imposta pelo imperialismo. São Paulo deve colocar sua capacidade científica, tecnológica, industrial e cultural a serviço de relações internacionais que contribuam para o desenvolvimento compartilhado.

Buscaremos ampliar a cooperação científica entre universidades e centros de pesquisa, fortalecer intercâmbios tecnológicos, incentivar iniciativas culturais e educacionais e ampliar parcerias na área da saúde pública, da produção de medicamentos, da inovação e da formação profissional. Também defenderemos relações econômicas capazes de fortalecer a produção nacional, ampliar a industrialização e reduzir a dependên-

cia tecnológica em relação às grandes potências.

Acreditamos que o desenvolvimento dos povos deve ser construído pela colaboração e pela troca de conhecimentos, e não pela exploração econômica ou pela imposição dos interesses das grandes corporações internacionais.

Defender a soberania nacional e enfrentar o imperialismo

A soberania nacional é condição indispensável para que o povo brasileiro possa decidir livremente os rumos de seu desenvolvimento. Nenhum país pode garantir plenamente os direitos de sua população enquanto suas decisões econômicas e políticas permanecerem subordinadas aos interesses das grandes potências, dos organismos financeiros internacionais e dos monopólios transnacionais.

Nosso Governo Popular defenderá o fortalecimento da soberania brasileira, a integração solidária entre os povos da América Latina e a ampliação da cooperação com todos os países comprometidos com relações internacionais baseadas no respeito mútuo, na igualdade entre as nações e na autodeterminação dos povos.

Também defenderemos a união dos povos na luta con-

tra o imperialismo, contra o colonialismo e contra todas as formas de dominação política, econômica e militar que impedem os países de exercer plenamente sua independência.

Solidariedade aos povos em luta

A Unidade Popular pelo Socialismo sempre esteve ao lado dos povos que resistem à ocupação, à guerra, aos bloqueios econômicos e às diversas formas de dominação imperialista. Essa tradição também orientará nosso Governo Popular.

Manifestamos nossa solidariedade ao povo palestino em sua luta pelo direito à autodeterminação e pelo fim da ocupação de seu território por Israel. Reafirmamos nossa defesa do fim dos bloqueios econômicos impostos a Cuba pelo imperialismo estadunidense e a todos os povos submetidos a sanções que aprofundam o sofrimento das populações civis. Nos solidarizamos também com o povo Venezuelano, que sofreu uma invasão do seu território também pelos Estados Unidos, com a morte de mais de 100 pessoas durante esse ataque, incluindo 32 cubanos, e hoje sofre a dilapidação de seu patrimônio, o roubo do seu petróleo, e vê piorar as condições de vida do seu povo a cada dia. Também apoiamos o di-

reito de todas as nações de decidir livremente seu próprio destino, sem qualquer forma de intervenção estrangeira.

Defendemos uma paz construída sobre a justiça social, a soberania dos povos e a cooperação internacional. Enquanto persistirem a exploração econômica, a dominação imperialista e a disputa por mercados e recursos naturais, os conflitos continuarão fazendo parte da realidade internacional. A construção de um mundo verdadeiramente pacífico depende da superação desse sistema.

Nosso compromisso

O povo paulista não luta sozinho. Nossa luta faz parte da luta de milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo contra a exploração, o fascismo, o colonialismo e o imperialismo. Nosso Governo Popular estará ao lado dos povos que defendem sua soberania, sua liberdade e seu direito de construir o próprio futuro. Acreditamos que somente a solidariedade entre os povos, a cooperação internacional e a organização da classe trabalhadora poderão abrir caminho para um mundo baseado na igualdade, na paz e na justiça social.



O SOCIALISMO É A ÚNICA ALTERNATIVA PARA SÃO PAULO

O capitalismo chegou ao seu limite

Ao longo deste programa demonstramos que os principais problemas enfrentados pelo povo paulista possuem uma mesma origem. A desigualdade social, a concentração da riqueza, a fome, o desemprego, a precarização do trabalho, a destruição ambiental, as privatizações, a violência, o racismo, o machismo e a negação de direitos não são acontecimentos isolados nem resultado de erros administrativos. São consequências de um sistema econômico

organizado para colocar o lucro acima da vida.

Mesmo sendo o estado mais rico do Brasil, São Paulo convive diariamente com milhares de pessoas em situação de rua, trabalhadores submetidos a longas jornadas, famílias sem acesso à moradia digna, escolas e hospitais sobrecarregados, serviços públicos privatizados e uma violência que atinge principalmente a população pobre e periférica. Enquanto isso, uma pequena parcela da sociedade acumula fortunas cada vez maiores, apropriando-se

da riqueza produzida pelo trabalho de milhões de pessoas.

Essa contradição demonstra que o capitalismo chegou aos seus limites históricos. Sua capacidade de produzir riqueza nunca foi tão grande, mas essa riqueza permanece concentrada nas mãos de poucos. Ao mesmo tempo em que amplia a capacidade produtiva da sociedade, amplia também a exploração do trabalho, destrói direitos, intensifica as guerras, aprofunda a crise ambiental e fortalece projetos autoritários e fascis-